

CAPÍTULO 30

Coalizões de governo e processo decisório: uma revisão sistemática

Diogo Tavares

Resumo

Coalizões de governo formam-se quando nenhum partido ocupa uma maioria absoluta de cadeiras no legislativo, e os chefes de governo não detêm de prerrogativas suficientes para implementar políticas nessas condições. O foco desse trabalho é saber como a literatura da Ciência Política explora a como o processo de formação das coalizões de governo podem impactar no comportamento dos atores legislativos no processo decisório. Buscaremos investigar, quais os métodos, técnicas e indicadores utilizados para mensurar essa possível relação? Nosso objetivo é explorar de forma sistemática a literatura especializada trata do tema. Para isso, realizamos uma leitura protocolizadas de 13 artigos, a maioria deles indexados na plataforma Scopus, buscando cumprir as seguintes tarefas: (i) coletar trabalhos que falem sobre coalizões de governo e comportamento legislativo; (ii) verificar a construção dos problemas de pesquisa desses trabalhos; (iii) analisar o recorte espacial das pesquisas (iv) verificar a metodologia analisada; (v) listar os indicadores empíricos, e métodos indicados para medir o comportamento legislativo dos agendes em coalizão. Verifico nessa análise que tema é uma preocupação corrente nos estudos sobre coalizões de governo, principalmente no contexto de separação de poderes do presidencialismo, e que há uma infinidade de possibilidades no que tange a métodos e técnicas de pesquisa para mensurar a relação entre variáveis sobre a formação de governos e comportamento legislativo.

Palavras-chave: coalizão; governos; comportamento legislativo.

1. Introdução

As eleições gerais da Espanha de abril em 2019, colocou os assentos do Congresso dos Deputados em disputa, e garantiu a maior bancada para o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), que ganhou o direito de negociar a formação de um governo. Pela pri-

meira vez na história do país o partido vencedor nas eleições não conseguiu uma maioria majoritária no parlamento. Iniciou-se assim um inédito processo de negociação de um governo de coalizão para garantir os votos de confiança.

Sem acordos entre os partidos legislativos, o Primeiro-Ministro interino Pedro Sanches (PSOE) convocou novas eleições, na esperança de que seu partido conquistasse a maioria das cadeiras no legislativo num novo contexto de disputa. Mas as eleições de novembro do mesmo ano não tiveram os resultados esperados pelos socialistas, e sua bancada saiu ainda menor da disputa. O partido perdeu três cadeiras legislativas, e assistiram ainda o crescimento do partido de extrema-direita (VOX), frente a demais perdas de cadeiras de outras siglas tradicionais e de esquerda. O PSOE procurou então a coligação de esquerda “Unidas Podemos” e demais partidos regionais para formar o primeiro governo de coalizão da história dessa democracia.

Governos de coalizão são cada vez mais comuns no que Lijphart (2019) chama de “democracias consensuais”, ou seja, aquela onde um único partido político não tem maioria suficiente no legislativo para governar sozinho. No entanto, poucas são as pesquisas que se propõem a responder o que faz com que partidos que disputam votos na arena eleitoral atuem juntos na administração de governo, e ainda de forma coesa e disciplinada no processo decisório parlamentar. Essa é uma curiosidade recente de uma agenda central na Ciência Política conhecida como estudos da coalizão.

Uma coalizão de governo nada mais é do que uma aliança temporária para atingir determinado fim em comum de grupos distintos. O tema da ação coletiva é antigo nas ciências sociais, e o termo coalizão é bastante conhecido nos estudos do mundo empresarial, assim como é utilizado para compreender diversos tipos de decisões em grupo (Olson, 1999). Na política as coalizões podem assumir sentido amplo de interpretação societal de alianças de classes, alian-

ças entre setores do governo e atores econômicos, ou assumir uma faceta institucional e da Relação Executivo-legislativo onde atores políticos se unem para governar.

Esse trabalho tem como foco as coalizões no ambiente institucional, mais precisamente o que já chamamos aqui de coalizão de governo. Buscando uma definição comum, uma coalizão de governo é antes de tudo uma negociação de dois ou mais partidos em torno de recursos governamentais, e compromissos mútuos em uma ampla lista de preferências por políticas. Num conceito presidencializado entendemos como “uma aliança de partidos com o objetivo de ação governamental comum, em torno de um *formador presidencial*, em convergência dos recursos organizacionais levando em conta o número de cadeiras legislativas para a distribuição das carteiras ministeriais entre os participantes” (Albala, 2016).

Na agenda dos estudos de coalizão, o processo de formação dos governos é um dos principais temas de interesse. A filiação dos estudos da coalizão ao neointitucionalismo, instituiu nas pesquisas a compreensão de como o contexto institucional das democracias influenciam nesse processo (Baron, 1989); (Strom, 1990); (Laver; Shepsle, 1990). O perfil social dos atores em coalizão, o gerenciamento da coalizão, a distribuição dos recursos de governo entre os integrantes, e a morte das coalizões, também figuram como temas de interesse nos estudos da coalizão. No entanto uma agenda mais recente tem explorado a governança das coalizões de governo, e como os partidos legislativos decidem em coalizão (Strom et. al. 2008); (Martin; Vanberg, 2011).

Aprovar políticas no âmbito legislativo é dos principais objetivos das coalizões de governo. Para Cheibub et. al (2004) uma coalizão de governo é definida por um conjunto de legisladores que pertencem a partidos que ocupam cargos de gabinetes ministeriais” e

que forma coalizões legislativa “o conjunto de diferentes partidos que votam juntos no legislativo”.

Assim para formar as coalizões deve-se considerar as possibilidades de atuação no legislativo. Coalizões de governo mais ou menos complexas, podem resultar em diferentes tipos de comportamento legislativo e resultados de políticas no processo decisório.

É a partir dessa afirmação que construímos um exercício de revisão sistemática, definindo como pergunta específica: Quais os problemas de pesquisa presentes nos estudos que investigam a dinâmica do processo de formação das coalizões e sua influência nos padrões de comportamento legislativo? Como se mede essa relação de causa? Nosso objetivo é explorar de forma sistemática a literatura em Ciência Política que trata do tema, com os seguintes objetivos específicos: (i) coletar trabalhos que falem sobre coalizões de governo e comportamento legislativo; (ii) verificar o recorte espacial dessas pesquisas; (iii) verificar a construção dos problemas de pesquisa nesses trabalhos; (iv) verificar a metodologia analisada; (v) listar os indicadores empíricos, e métodos indicados para medir o comportamento legislativo dos agendes em coalizão;

Este artigo está organizado em 3 partes. A primeira sessão apresenta um mapa geral dos estudos sobre coalizões de governo em ciência política, para introduzir o leitor à pergunta específica de nossa revisão sistemática nesse grande guarda-chuva. Num segundo momento a sessão de materiais e métodos descreverá as estratégias de pesquisa, apresentando o passo-a-passo de nossa revisão sistemática deste a *sting* de busca nas plataformas de indexação de periódicos científicos, aos critérios de seleção e de leitura dos artigos. Por fim, faço um balanço sobre 13 artigos que tratam de relações causais entre coalizões de governo e comportamento legislativo selecionados para essas pesquisas.

2. O campo dos estudos da coalizão

Os primeiros estudos sobre coalizões em Ciência Política datam da segunda metade do Século XX, com especial atenção às democracias da Europa ocidental do pós-Segunda Guerra. Para Lijphart (2019), os governos de coalizão são uma das variáveis da dimensão executivo-partido que caracterizam as democracias consensuais, tidas pelo autor como mais *gentis* se comparadas às de tipo majoritárias governadas por um partido só.

Somente com a terceira onda de democratização ocorrida nas últimas décadas do século XX na América Latina e nos países do Centro-leste europeu de influência Comunista, o interesse sobre as coalizões estendeu-se para as democracias presidencialistas. Incentivados inicialmente por um debate pessimista, esses estudos buscavam debatir a viabilidade de coalizões de governo sobre uma institucionalidade indutora de conflitos do presidencialismo, caracterizada pela separação dos poderes (Lins, 1994); (Mainwaring, 2000).

No entanto, as teorias da coalizão têm uma tradição mais longa, antes mesmo de incluir a política. De acordo com Zeitlin (1975), as teorias sobre coalizões derivam do processo de evolução das chamadas teorias da decisão coletiva. Com foco inicial nas decisões sindicais e no meio empresarial, esse conhecimento foi adaptado para pensar as agências de governo e a relação de forças que compõem o mesmo (Santos, 1973). (Zeitlin, 1975).

Pesquisadores como Diemeier (2006), Albala e Reniu (2018) realizaram extensas revisões narrativas na área, dividindo os estudos da coalizão em pelo menos quatro marcos geracionais: (i) as teorias dos pais fundadores Gamson (1961, 1964) e Riker (1961), baseada nos pressupostos da ação racional; (ii) uma segunda geração que inclui os partidos como atores e a ideologia como variável independente na vontade de coalescer (Axelrod, 1970); (De Swaan, 1973);

(Dodd, 1976); (Laver; Budge, 1988); (iii) os estudos baseados nos pressupostos do neoinstitucionalismo; (iv) uma nova geração ainda em discussão¹, onde estão presentes estudos sobre coalizões em contextos históricos e culturais, e recortes subnacionais e horizontalizados (Di Tella, 2015); (Albala; Reniu, 2018). Organizo as principais teorias, princípios e pressupostos na literatura sobre coalizões num quadro síntese (Quadro 1).

Sem dúvida Gamson (1961) e Riker (1962) são os pais do legado das teorias da coalizão em Ciência Política. Mesmo que os autores estivessem interessados em uma teoria geral de coalizões na política, Riker e Gamson acabaram teorizando sobre a formação de gabinetes como tais (Gamson, 1961, 1964); (Riker, 1962). Suas proposições influenciaram profundamente o estudo sobre formação de gabinetes de governo, no qual os autores previram que as coalizões vencedoras se formariam em torno da posse de recursos minimamente necessários (Riker, 1962); (Gamson, 1961; 1964). Dois princípios eram bastante caros a teoria dos autores: (i) o princípio da proporcionalidade; (ii) o princípio do tamanho e da maioria.

O princípio da proporcionalidade, ficou conhecido também como lei de Gamson. A lei de Gamson ou *Lei proporcionalidade*, afirma que as coalizões são formadas mediante a distribuição proporcional, entre aliados, dos recursos em jogo (Gamson, 1961, 1964). A ideia é que a coalizão vencedora, independentemente de seu tamanho, seria formada por atores que recebem recompensas fixas, divididas proporcionalmente entre seus membros, de acordo com os recursos (votos) que eles trouxeram para a coalizão (Gamson, 1961; 1964).

¹ Buscarei citá-la no quadro síntese, mas não entrarei no mérito dessa geração, pois o ponto de partida dessa revisão sistemática está numa discussão presente na terceira geração.

Quadro 1. Organização sintética e geracional dos estudos da coalizão (Continua)

Descrição	Pressuposto geral	Teorias	Princípios	Referências
Teorias universalistas e escolha racional	Coalizões de governos são formadas por políticos racionais, que visam maximizar a busca por recursos de governo (gabinetes) e recompensas materiais buscando aumentar as chances de reeleição.	Lei de Gamson Coalizão vencedora mínima	Princípio da proporcionalidade Princípio do tamanho e da maioria	Gamson (1961) Riker (1962)
Teorias da formação ideológica e partidária da coalizão	Coalizões de governos são formadas por maiorias mínimas de representantes, alocados em partidos políticos que compartilham programas de políticas em comum. Os partidos são atores racionais que participam da coalizão para implementar políticas e maximizar as chances de reeleição.	Coalizão vencedora mínima fechada Teoria informacional	proximidade ideológica da coalizão + Princípio da posição estratégica, e incentivos para coalescer Princípio do tamanho e do legislador mediano	(Axelrod, 1970); (De Swaan, 1973) (Dodd, 1976) (Laver; Budge, 1988)

Quadro 1. Organização sintética e geracional dos estudos da coalizão (Conclusão)

Descrição	Pressuposto geral	Teorias	Princípios	Referências
	<p>Coalizões não operam em um ambiente livre de substituições. Operam em ambiente político multipartidário, complexo e com previsão de regras institucionais. Assim, a formação e a governança das coalizões dependem de fatores decisivos como desenho institucional das democracias.</p>	<p>Equilíbrio induzido pela estrutura institucional e jogos não cooperativos de Baron</p> <p>Possibilidades de governos minoritários</p>	<p>Princípio do equilíbrio da decisão ministerial vs legislatura + modelos de barganha legislativa</p> <p>Princípio dos incentivos institucionais para a possibilidade de coalizões minoritárias</p> <p>Governo ministerial vs Responsabilidade mútua</p> <p>Coalizões partidárias e processo decisório</p>	<p>(Laver; Shepsle, 1990); (Baron, 1989; 1991); (Baron; Ferejohn, 1989)</p> <p>(Sirom, 1984; 1990); (Figueiredo et. al, 2012)</p> <p>(Laver; Shpsple, 1996)</p> <p>(Cheibub et. al, 2006); (Martin; Vanberg, 2011); (Tsebelis; Há, 2013)</p>
Adoção do Neoinstitucionalismo				
Aspectos exógenos para a formação de coalizões	Coalizões são formadas por alianças eleitorais que congregam aspectos regionais do sistema partidário e da cultura política da nação, principalmente em países federalistas	Coalizões regionais e a cultura política como estímulo para coalescer	Contexto cultural e horizontalidade das coalizões	(Di Tella, 2015); (Albala; Renui, 2018).

Fonte: O autor.

Coube a Riker (1962) teorizar sobre o “princípio do tamanho”, que o definiu teoricamente o que chamou de *Minimal Winning Coalition* (MWC- Coalizão Mínima Vencedora)², como o critério central para a coesão e durabilidade de um governo de coalizão (Riker, 1962). O autor sustenta que as coalizões são formadas por maiorias reduzidas, onde cada membro da coalizão maximiza a sua posse de benefícios governamentais, excluindo assim parcerias com atores supérfluos.

Mais especificamente a coalizão ideal, é aquela formada a mais próxima possível do número de agentes necessários para formar uma maioria simples necessária para a aprovação de projetos de lei, no caso de coalizões legislativas. O autor formalizou então a descrição do comportamento da coalizão ideal segundo o “princípio do tamanho”, na ideia de que quanto menos integrantes presentes numa coalizão vencedora, menor será a distribuição de recursos, e maior será a posse de recursos executivos entre os membros, que por sua vez reduz os incentivos à traição e incentivam a disciplina (Riker, 1962).

Os desbravadores dos estudos da coalizão em política apresentavam pressupostos com forte influência das teorias econômicas da ação racional e na etoria dos jogos, e influenciam as discussões na área até hoje. Porém a falta de empiria, e os limites para aplicação de seus pressupostos na política, foram críticas apontadas pelos estudos que os sucederam.

Assim surgiu uma segunda geração, com promessas de colocar a política real nos estudos da coalizão (Axelrod, 1970); (De Swaan, 1973); (Dodd, 1976). A inclusão das ideologias políticas como variável, e dos partidos políticos como atores centrais dos estudos da coalizão, foi o principal mérito dessa geração. O princípio da pro-

2 Traduzido livremente pelo autor.

porcionalidade e do tamanho, foram mantidos, mas o interesse dos atores em coalescer foi um dos assuntos mais explorados nessa etapa (Dodd, 1976).

Os estudos identificaram que o interesse na reeleição, une os partidos na busca por implementação de políticas, assim, as coalizões mais propensas a serem formadas são aquelas em que os partidos apresentam certa afinidade ideológica (Axelrod, 1970); (De Swaan, 1973). Explorando a teoria informacional dos estudos legislativos Laver e Budge (1988) chegam a dizer que os partidos centristas funcionariam como ditadores ideológicos das coalizões, pois eles abrigam o legislador mediano, assim ocupam uma posição privilegiada no sistema partidário, tendo incentivos para participar de quase todas as coalizões.

Mesmos com seus avanços, a segunda geração ainda apresentava deficiências a serem superadas pelas gerações posteriores. A principal delas, foi a manutenção da defesa ao princípio da maioria, e a falta de elementos institucionais nas análises.

Assim, uma terceira geração teve como marco a filiação ao neoinstitucionalismo. O principal pressuposto aqui é de que “as coalizões não operam em um ambiente livre de instituições”, pelo contrário, operam em ambiente repleto de regras que servirão como incentivos e limites no processo de formação e manutenção das coalizões de governo (Diemeier, 2006). Essa geração marca também o interesse renovado dos estudos da coalizão em sistemas de governos presidencialistas (Cheibub et. al, 2004); (Reniu, 2008); (Albala, 2013).

Houve uma forte contribuição de modelos teóricos cada vez mais complexos sobre o processo de formação dos governos. Laver e Shepsle (1990) utilizaram pressupostos da teoria distributivista e informacional dos estudos legislativo norte-americanos para pensar os interesses dos atores em participar das coalizões para influenciar em

políticas. Os pressupostos dos modelos de negociações sequenciais e jogos não-cooperativos de Baron, em contraposição aos modelos de jogos cooperativos foi outra grande contribuição (Baron, 1989).

Tivemos ainda rupturas com os princípios caros aos pais das teorias da coalizão. Strom (1984, 1990) questionou o princípio da maioria, e da coalizão mínima vencedora de Riker. Seus estudos empíricos sobre governos formados entre 1945 e 1988, mostram uma grande incidência de governos minoritários, e conclui que sua existência está atrelada a questões institucionais, e esses não necessariamente desembocam em crises (Strom, 1990).

Utilizando a teoria dos atores com poder de veto, Tsebelis explica que existem incentivos institucionais e posicionais que permitem que governos minoritários sejam possíveis, duradouros, e até mesmo capazes de implementar políticas (Tsebelis, 2009). Os incentivos institucionais prerrogativas institucionais em favor do poder Executivo, presentes nas constituições democráticas que regem a relação e o funcionamento dos poderes (Tsebelis, 2009). O autor reforça, que na ausência de regras institucionais que garantem fortes prerrogativas ao Executivo, os chefes de governo procuram estabelecer vantagens posicionais para formar um governo, garantir votos de confiança e aprovar políticas (Tsebelis, 2009; Tsebelis; Há, 2013).

Os achados de Tsebelis e Strom, contestam também a ideia do legislador e do partido mediano como ditadores do processo de formação da coalizão. Para os autores esse processo só acontece na ausência de regras formais para a definição do formador, onde prevalecem as vantagens posicionais (Strom, 1990); (Tsebelis, 2009; Tsebelis; Há, 2013).

Por fim, os estudos neoinstitucionalistas preocuparam-se não só com o processo de formação das coalizões, mas também em como elas decidem.

Martin e Vanberg (2011) ressaltam que é de suma importância compreender o comportamento das coalizões de governo no processo decisório, analisando como partidos que competem entre si na arena eleitoral tomam decisões em conjunto na arena decisória. É necessário compreender os mecanismos e incentivos institucionais oferecidos pelo sistema político, que fazem com que os atores tenham interesse em coalescer e decidir sobre políticas nessas condições (Martin; Vanberg, 2011).

Se, para o neoinstitucionalismo da escolha racional a reeleição é o principal interesse dos políticos, e a influência sobre as decisões políticas é um dos meios para atingir esse fim, participar de coalizões de governo é fundamental em democracias multipartidárias (Martin; Vanberg, 2011). Os autores reforçam ainda que na política real não há possibilidades de mais de uma proposição se tornar norma em determinado assunto, o que faz com que os atores em coalizão estejam em constante clima de negociação, acordos, e possibilidades de ruptura (Martin; Vanberg, 2011).

Laver e Shepsle (1990; 1996) destacam o interesse na implementação de políticas públicas, e a condução de uma agenda de governo compartilhada como principal razão para que partidos políticos coalesçam em democracias parlamentaristas. O voto de confiança no governo gera uma responsabilidade compartilhada entre os partidos da coalizão, que agem de forma disciplinada para manter essa confiança (Laver; Shepsle, 1990; 1996).

É sobre essas e outras questões que essa revisão sistemática se interessa. Nossa intenção é analisar estudos que exploram como agem os atores em coalizão no processo decisório e se e como o processo de formação das coalizões influenciam determinados comportamentos. Mais especificamente, como a dinâmica no padrão da formação da coalizão, e os ciclos das coalizões de governo influenciam o processo decisório? Como os estudos testam essa relação de

causa? Quando falamos dessa dinâmica na formação das coalizões de governos, falamos de elementos que as caracterizam como status, tamanho, fragmentação, a sua relação com o sistema partidário, a composição ideológica, entre outros.

Buscaremos explorar essas questões num exercício de revisão sistemática, realizando uma leitura protocolizada de artigos de Ciência Política presentes numa importante plataforma de indexação de artigos científicos. Explico os procedimentos tomados na sessão de materiais e métodos.

2. Materiais e métodos

Essa pesquisa de revisão sistemática procura explorar uma questão específica presentes nos estudos sobre coalizões. Como os artigos em ciência política exploram a relação causal entre formação de governos de coalizão e comportamento legislativo? E junto exploramos uma pergunta auxiliar específica: Como medir essa relação?

Esse exercício tem como objetivos específicos: (i) coletar trabalhos que abordam juntos coalizões de governo e comportamento legislativo; (ii) analisar o recorte espacial das pesquisas; (iii) verificar a construção dos problemas de pesquisa desses trabalhos; (iv) verificar a metodologia analisada; (v) listar os indicadores empíricos, e métodos indicados para medir o comportamento legislativo dos agendes em coalizão;

Foram estabelecidos alguns critérios de seleção e exclusão, conforme o quadro 2:

Quadro 2. Elegibilidade dos estudos

CrITÉRIOS de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Textos empíricos com trabalho de mensuração; - Artigos que adotem abordagem institucionalista das coalizões; - Artigos que tratem sobre a formação das coalizões e o processo decisório; - Artigos que abordem as coalizões numa perspectiva dinâmica, numa linha temporal de pelo menos um governo completo;
CrITÉRIOS de exclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Artigos teóricos, ou que discutam modelos teóricos abstratos sem testes empíricos; - Textos que não tragam mensuração; - Artigos que tratam de coalizões sobre o viés societal; - Artigos que tratem de coalizões de governo fora do viés institucionalista – Coalizões societais, abordagem cultural e perspectiva horizontalizada; - Artigos que tratem da formação da coalizão numa perspectiva estática de ocupação de gabinetes, perfil de ocupantes e alocação de portfólios.

Fonte: O autor.

A pesquisa foi feita com base na coleta de artigos científicos indexados na base de dados da Elsevier Scopus. Justifico a escolha da base pelo fato de ser uma das principais bases científicas que indexa textos da área de Ciência Política. Segundo ABRIZAH et al. (2013) se comparada a outras plataformas como a Web of Science, é a base com maior prestígio, com revistas de maior fator de impacto, a Scopus apresenta um número maior de periódicos, informações de trabalhos, resumos e citações.

Realizei buscar com operadores *booleanos* que otimizam os resultados na base Scopus a partir da combinação de palavras-chave ou expressões que correspondam ao tema selecionado para pesquisa. É importante nesse processo ter familiaridade com os principais

temas da área para encontrar uma boa *string* de pesquisa. Assim elaborei uma biblioteca de termos, para depois de diversas tentativas de busca na base chegar na combinação mais sintética possível utilizando a seguinte *string* de busca:

> TITLE-ABS-KEY ("legislative behavior" AND coalition *)

A pesquisa inicial chegou a 34 artigos indexados no tema, no entanto foram ainda aplicados filtros internos na base Scopus, para aprimorar os resultados e permitindo o trabalho da leitura final. Foram utilizados os seguintes filtros:

a) Área: Ciências Sociais, economia – Esse filtro se refere a área de indexação dos textos, neste caso foram selecionados apenas os textos classificados como da área de "Ciências Sociais, e estudos econômicos";

b) Tipo: somente artigos- Esse filtro se refere ao tipo de documento, a seleção foi limitada para seleção apenas de artigos de revistas científicas;

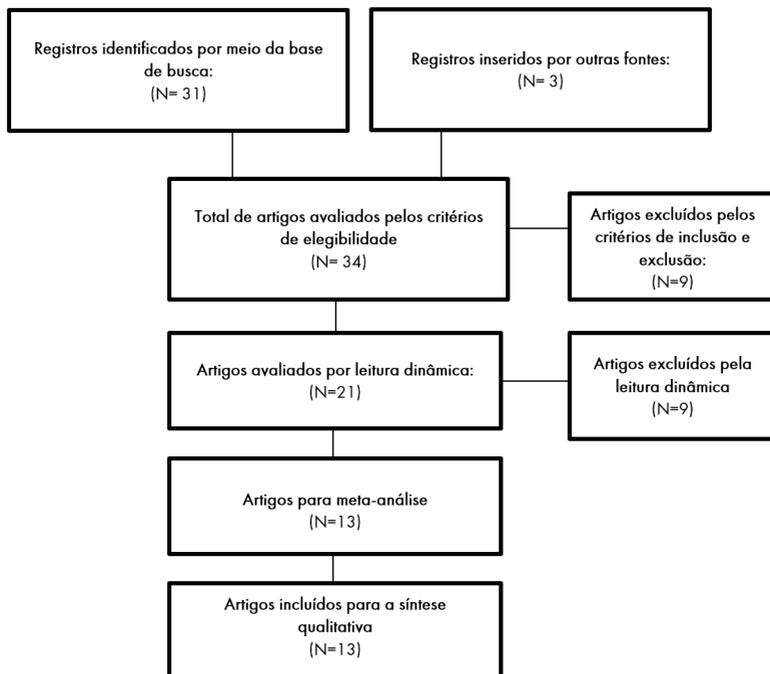
c) Línguas: inglês, espanhol, português- Esse filtro separa os documentos pela língua utilizada nos textos; limitamos os estudos ao inglês, espanhol e português, idiomas de leitura ao alcance do pesquisador.

Após da aplicação dos parâmetros internos a plataforma de indexação, foram selecionados 31 artigos. Além da busca na plataforma Scopus foram anexados manualmente 3 artigos por meio da indicação de especialistas no tema. Os textos selecionados a mão não deixaram de preencher critérios da nossa pergunta nem mesmo dos filtros internos da busca automatizada na Scopus. Eles foram indexados mediante a sugestão de especialistas no tema.

A seguir, apresento o fluxograma do trabalho de seleção e de literatura onde foram aplicados outros filtros, para selecionar os arti-

gos que melhor se adequam a pergunta específica de nossa revisão sistemática:

Figura 1: Fluxograma de seleção de literatura



Fonte: o autor.

Uma primeira etapa de critérios de elegibilidade foi realizada a partir da leitura de resumos, em que classifico os textos por meio dos critérios de inclusão e exclusão. Após esse processo foi realizada uma leitura dinâmica dos textos, verificando a existência de um problema de pesquisa, depois disso o tratamento empírico desse problema, e se esse envolve a formação de governos de coalizão e comportamento

dos atores legislativos. Os artigos que se adequaram aos esses critérios de elegibilidade foram lidos na íntegra para integrar em nossa síntese qualitativa, onde separo os elementos chave dos artigos sobre a pergunta específica de revisão e nossos objetivos.

A leitura dos textos, foi realizada mediante um fichamento protocolar, que buscou extrair dos textos informações como: foco da pesquisa, problema, metodologia, a abrangência e recorte espacial, quantidade de casos, o recorte temporal da pesquisa e o sistema de governo dos casos analisados.

3. Resultados

Uma das tarefas da revisão sistemática é seguir com rigor os critérios estabelecidos na metodologia de pesquisa, com o objetivo de tornar a pesquisa replicável. A tarefa da revisão sistemática é árdua, mas que vale a pena ser seguida, pois o resultado do trabalho final é satisfatório, e serve como luz de lamparina para novos interessados nas temáticas que abordam.

Em nossa pesquisa alguns achados podem ir na contramão do pensamento intuitivo sobre o tema das coalizões. Após a leitura protocolar dos textos, foi possível elaborar uma espécie de anatomia dos estudos que envolvem coalizão e comportamento dos atores legislativos. Nessa anatomia logo de cara é possível fazer as primeiras observações como o ano em que as obras foram produzidas;

Ao que tudo indica os primeiros trabalhos que envolvem coalizões e comportamento legislativo em uma perspectiva mais dinâmica datam do final do século XX. Acredito que é possível listar dois principais motivos para que isso aconteça. Os dados empíricos para estabelecer a relação de coalizões e comportamento legislativo dependem de dados oficiais bem-organizados, cuja fontes são: dados

de ocupação de cargos no poder executivo (no caso de democracias com separação de poderes), e dados de votações nominais sobre proposições legislativas. Com o advento da tecnologia e adoção das votações nominais eletrônicas no parlamento, parte desses dados ganhara grande poder de capacidade de organização.

A seguir, no quadro 3, apresento os 13 lidos na íntegra para a avaliação final:

Quadro 3. Grade de textos da leitura final (Continua)

N	Título do artigo	Autor(es)	Ano
1	"Party and Coalition Unity in Legislative Voting"	Carrey	1999
2	Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil	Amorin Neto	2000
3	The Presidential Calculus: Executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas	Amorin Neto	2006
4	Government Coalitions and Legislative Success Under Presidentialism and Parliamentarism	Cheibub; Przeworski; Saiegh	2004
5	Government Status And Legislative Behavior: Partisan Veto Players in Australia, Denmark, Finland and Germany	Ganghof; Bräuninger	2006
6	A Comparison of the Determinants of Voting Unity and Legislative Coalition Composition in the Senate and the Chamber of Deputies in the Czech Republic in 1998–2010	Gregor; Havlík	2013
7	Coalizões e comportamento legislativo no Brasil (1988-2010)	Medeiros; Freitas; Izumi	2013
8	Legislative Coalitions in Presidential Systems: The Case of Uruguay	Zucco	2013
9	A Special Majority Cabinet? Supported Minority Governance and Parliamentary Behavior in the Netherlands	Otjes; Louwse	2014

Quadro 3. Grade de textos da leitura final (Conclusão)

N	Título do artigo	Autor(es)	Ano
10	Gubernatorial Veto Powers and the Size of Legislative Coalitions	McGrath; Rogowski; Ryan	2014
11	How the size of governing coalitions shapes legislative behavior: A subnational analysis of argentine legislative chambers, 1992–2009	Barnes; Jang	2016
12	Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro	Bertholini; Pereira	2017
13	The Influence of the President and Government Coalition on Roll-Call Voting in Brazil, 2003–2006	Tsai	2020

Fonte: o autor, baseado em artigos indexados na base Scopus.

Podemos verificar o perfil variado dos textos já no título, no que se refere a diferentes casos de países e abordagens de sistema de governo. O estudo mais antiga data de 1999 enquanto o mais novo é mais recente do ano de 2020.

No quadro 4 aprofundo a análise sobre os escritos apresentando uma síntese que analisa: o foco das pesquisas, o problema, metodologia, a abrangência dos casos, os sistemas de governo de que eles tratam (presidencialismo ou parlamentarismo) e o período de análise de cada um deles. É possível observar a riqueza dessa agenda no que tange a métodos, técnicas, e abordagens analíticas dessa agenda:

Quadro 4. Síntese da revisão dos artigos pesquisados, sobre coalizão e comportamento legislativo (Continua)

Autor / ano	Foco da pesquisa	Problema de pesquisa	Metodologia	Abrangência	Sistema de governo	Período
Carrey (1999)	Busca explicitar as técnicas disponíveis na literatura da Ciência Política para medir disciplina e unidade dos partidos ou das coalizões, e testa essas medidas sobre diferentes problemas de pesquisa propostos pela literatura sobre o comportamento legislativo.	Em que tipo de coalizão há uma maior unidade nas votações nominais?	- Quantitativo - Estatística descritiva	Estudo agregado (15 países)	Parlamentarismo/ Presidencialismo	1967- 1999
Amorim Neto (2000)	Verifica se pressuposto da proporcionalidade de Riker (1962) funciona no presidencialismo propondo o indicado de codescendência para medir a proporcionalidade da divisão de gabinetes. Assim testa os impactos da proporcionalidade ou desproporcionalidade no comportamento legislativo dos parlamentares brasileiros.	Quais as consequências da distribuição proporcional de gabinetes sobre o comportamento legislativo no presidencialismo?	- Quantitativo - Estatística descritiva - Regressão multivariada	Estudo de caso (Brasil)	Presidencialismo	1985- 1999
Chelibub et. al (2004)	Busca analisar se há diferenças no sucesso legislativo de chefes de governo no parlamentarismo e no presidencialismo mediante o status da coalizão, e se governos de coalizão minoritária geram paralisação decisória e ameaçam a estabilidade democrática em países presidencialistas.	Impasses legislativos ocorrem quando os presidentes não formam governos majoritários?	- Quantitativo - Estatística descritiva	Política comparada (30 países)	Parlamentarismo/ Presidencialismo	1946- 1999

Quadro 4. Síntese da revisão dos artigos pesquisados, sobre coalizão e comportamento legislativo (Continua)

Autor / ano	Foco da pesquisa	Problema de pesquisa	Metodologia	Abrangência	Sistema de governo	Período
Amorim Neto (2006)	Análise de que forma as estratégias de formação de gabinetes de coalizão, ou gabinetes majoritários, influenciam no processo de formação e aprovação de políticas nas democracias presidencialistas da América.	Como os gabinetes ajudam os presidentes a implementar políticas?	- Quantitativo - Análise econométrica - Regressão logística em modelo de painel	Política comparada (13 democracias da América)	Presidencialismo	1970-2000
Ganghof; Bräuninger (2006)	A partir da comparação de duas democracias parlamentaristas unicamerais, e duas democracias parlamentaristas bicamerais, esse estudo busca analisar como se formam as coalizões de governo nesses diferentes contextos, e como elas impactam no comportamento legislativo no que tange a discussão de políticas na concessão de preferência em políticas relevantes, aprovação de políticas no processo legislativo, e no apoio legislativo da coalizão.	O status da coalizão de governo e da democracia, afeta sistematicamente o comportamento dos partidos legislativos?	- Quantitativo - Estatística descritiva - Regressão Linear	Política comparada (Finlândia, Dinamarca, Alemanha, Austrália)	Parlamentarismo	1980-2002

Quadro 4. Síntese da revisão dos artigos pesquisados, sobre coalizão e comportamento legislativo (Continua)

Autor / ano	Foco da pesquisa	Problema de pesquisa	Metodologia	Abrangência	Sistema de governo	Período
Medeiros; Freitas; Izumi (2013)	Os autores buscam saber as motivações para um comportamento legislativo de estrutura unidimensional no Brasil: governo vs oposição. Assim buscam saber se o comportamento legislativo dos partidos é decisivo para que eles integrem a base do governo, e o que muda no comportamento do parlamentar individual quando seu partido entra ou sai da coalizão.	A entrada ou saída formal de um partido da coalizão gera uma mudança de comportamento dos parlamentares?	- Quantitativo - Modelo espacial do voto - Estatística descritiva	Estudo de caso (Brasil)	Presidencialismo	1988-2010
Gregor; Havlík (2013)	Utilizando o caso da República Checa, este artigo busca verificar se há diferença no comportamento das coalizões legislativas de governo em democracias bicamerais. Assim compara em um único país, se é possível repetir o status da coalizão nas duas casas e como Deputados e senadores reagem a nível de comportamento sobre os mesmos incentivos estratégicos de formação da coalizão.	Coalizões legislativas se comportam da mesma maneira na câmara e no senado?	- Quantitativo - Estatística descritiva	Estudo de caso (República Checa)	Parlamentarismo	1998-2010

Quadro 4. Síntese da revisão dos artigos pesquisados, sobre coalizão e comportamento legislativo (Continua)

Autor / ano	Foco da pesquisa	Problema de pesquisa	Metodologia	Abrangência	Sistema de governo	Período
Zucco (2013)	Esse estudo busca verificar o quanto a afinidade ideológica entre legisladores interfere no comportamento legislativo da coalizão de governo. Assim analisa as coalizões mais próximas ideologicamente tendem a oferecer melhores condições para o sucesso legislativo do presidente, ou se presidentes que optam por coalizões minoritárias tem mais sucesso quando o seu ponto ideal está próximo ao ponto ideal do parlamentar mediano da Câmara.	A formação da coalizão interfere no comportamento legislativo?	- Quantitativo - Estatística descritiva - Regressão Multinível	Estudo de caso (Uruguai)	Presidencialismo	1985-2005
Orjes; Louwerse (2014)	Verifica se os padrões de conflito entre governo e oposição mudam em situação de governos minoritários, e se mudam, sobre que condições?	Como a presença de um governo de coalizão minoritária afeta o comportamento legislativo de governo e oposição numa democracia parlamentarista?	- Quantitativo - Estatística descritiva	Estudo de caso (Holanda)	Parlamentarismo	1980-2012

Quadro 4. Síntese da revisão dos artigos pesquisados, sobre coalizão e comportamento legislativo (Continua)

Autor / ano	Foco da pesquisa	Problema de pesquisa	Metodologia	Abrangência	Sistema de governo	Período
Mc-GRATH, Et. Al. (2015)	<p>Analisa se o poder regimental dos governadores influencia suas estratégias de formação da coalizão, e como essas coalizões influenciam o comportamento legislativo na aprovação de propostas do governo.</p>	<p>A força dos poderes de veto dos governadores, influenciam o status da coalizão e o comportamento legislativo no nível estadual?</p>	<p>- Quantitativo - Regressão linear</p>	<p>Política comparada (Legislativos das unidades federativas dos EUA)</p>	<p>Ultra-presidencialismo Estadual</p>	<p>1995-2000</p>
Barnes, Jang (2016)	<p>A partir da análise da copatrocínio e patrocínio entre legisladores e governo, verifica se o tamanho das coalizões influencia no comportamento legislativo de deputados locais da Argentina. O status da coalizão de governo pode demonstrar força do governo e incentivar os legisladores a apoiar mais ou menos a agenda do executivo, ou disciplinar-se mais ou menos ao partido.</p>	<p>Tamanho da coalizão influencia o apoio ao executivo no parlamento? À medida que o tamanho da coalizão aumenta, legisladores deixam de copatrocinar seus projetos e buscar vantagens na produção legislativa do Executivo?</p>	<p>- Quantitativo - Análise multivariada - Regressões Lineares multinível</p>	<p>Política comparada (Legislativos locais na Argentina)</p>	<p>Ultra-presidencialismo Estadual</p>	<p>1992-2009</p>

Quadro 4. Síntese da revisão dos artigos pesquisados, sobre coalizão e comportamento legislativo (Conclusão)

Autor / ano	Foco da pesquisa	Problema de pesquisa	Metodologia	Abrangência	Sistema de governo	Período
Bertholini; Pereira (2017)	Os autores propõem o índice de custo da coalizão (ICC) para verificar a influência da distribuição dos recursos administrativos de governo (ministério, orçamento, emendas parlamentares) no comportamento legislativo da coalizão.	A relação entre os custos de governar e apoio legislativo na Câmara dos Deputados?	Quantitativo - Estatística descritiva (tendência central) - Modelos de painel em primeiras diferenças de Wooldridge	Estudo de caso (Brasil)	Presidencialismo	1995-2014
Tsai (2020)	Tendo como unidade de análise as votações nominais no Brasil, os autores buscam verificar que fatores influenciam as preferências individuais dos deputados em democracias presidencialistas multipartidárias, buscando dar explicações alternativas aos modelos oferecidos pelos estudos legislativos norte-americanos: (i) distributivíssimo / conexão eleitoral; (ii) informacional; (iii) partidário.	Que fatores influenciam nas preferências individuais dos deputados em democracias multipartidárias, na relação entre o presidente e o legislativo?	- Quantitativo - Método Bahesiano - Regressão linear multinível	Estudo de caso (Brasil)	Presidencialismo	2007-2010

Fonte: O autor, com base nos artigos indexados na base Scopus.

Esses estudos apresentam uma vasta gama de possibilidades na análise de relação de causa entre a formação de coalizões de governo e o comportamento legislativo. Vale destacar que desses artigos 5 analisam casos de sistema de governo parlamentarista, sendo 3 deles de forma isolada e outros dois comparando com democracias presidencialistas. Mas a maioria dos estudos apresentam um foco em democracias que adotam o sistema de governo presidencialista.

De fato, esse problema de pesquisa pode ser mais comum ao presidencialismo devido à natureza de indução de conflitos em um sistema de separação de poderes. Assim interessa a esses estudos, como as coalizões de governo se comportam em um sistema de separação de poderes, onde o formador da coalizão é o chefe do executivo (presidentes).

A forma presidencializada de governos locais, conhecida como “ultra presidencialismo estadual” também esteve presente nos estudos. Barnes e Jang (2016) por exemplo, analisaram o caso da Argentina, país dividido em 23 unidades federativas que oferece certa autonomia as constituições estaduais na definição das regras do jogo político. Devido a essa variedade de regra entre as unidades federativas, os autores puderam verificara como se formam e se comportam coalizões de governo em nível local em diferentes sistemas políticos numa mesma unidade nacional. Outro fator interessante no caso argentino é o enraizamento histórico com a cultura política do Peronismo, presente em todos os níveis da política do país, ditando ideologicamente as coalizões de governo no país.

Em regra, esses estudos apresentam um recorte temporal consideravelmente grande, ou seja, analisam mais de uma legislatura, ou mais de um ano em uma legislatura, fugindo de modelos estáticos de análise. Somente os estudos de Tsai (2020), que analisou o comportamento das coalizões de governo no Brasil durante o segundo governo Lula (2006-2010), e de Mcgrath, Et. Al. (2015) sobre o com-

portamento de coalizões de governo em legislativos estaduais americanos, apresentaram recorte temporal de apenas uma legislatura.

Ainda, podemos observar a pouca variedade regional dos casos analisados. Os estudos indexados na Scopus, focam na maioria em casos de democracias da América do Sul, e da Europa Ocidental, com poucos casos de países Africanos e das democracias pós-comunistas do Centro-leste europeu, onde é comum a presença de democracias consensuais e presidencialistas com governos de coalizão.

No geral, os estudos mostram que é possível medir a relação entre tipo de governo de coalizão formado e desempenho legislativo. É possível observar um quadro variado de técnicas estatísticas em metodologia quanti, utilizada nos trabalhos empíricos. Vale destacar, que mais da metade dos trabalhos utilizou em algum momento estatística descritiva como técnica de análise. No entanto em apenas 4 dos 13 trabalhos a estatística descritiva apareceu desacompanhada de testes estatísticos mais robustos para comprovação de hipóteses. Os testes de regressão foram os mais utilizados neste caso, mas chama a atenção em estudos mais recentes a utilização do método bahesiano, e estudos com exposição de dados em painel (Bertholini; Pereira, 2016); Tsai (2020).

O quadro 5, explora as possibilidades de mensuração na temática, os indicadores e variáveis utilizadas nos artigos.

Vemos que há uma infinidade de indicadores quantitativos, buscando tornar mensuráveis as tanto a variável dependente quanto a variável independente utilizadas nos artigos. Destaco o índice de disciplina da coalizão e o índice de Rice para medir o desempenho e comportamento legislativo das coalizões, e os indicadores de ideologia, e a classificação de status da coalizão buscando tornar mensurável a dinâmica da formação das coalizões de governo.

Quadro 5. Variável dependente e indicadores dos artigos selecionados (Continua)

Autor	Variável dependente	Indicadores das variáveis
Amarin Neto (2000)	Disciplina legislativa dos partidos na coalizão de governo	Grau de Coesecência/ Distância ideológica da coalizão - (Coppege, 1997) / Disciplina partidária - índice de Rice/ Apoio legislativo dos partidos da coalizão ao presidente
Carrey (1999)	Coesão e disciplina legislativa da coalizão	(D) Índice de Rice; (D) Índice Weldon; (D) Índice Unity; (I) Sistema de governo; (I) Tamanho do partido do presidente; (I) Status da coalizão.
Cheibub et. al (2004)	Sucesso legislativo do presidente	(D) índice de sucesso legislativo do governo; (I) Status da coalizão; (I) Sistema de governo.
Amarin Neto (2006)	Estratégia de formação de gabinetes para aprovar políticas no legislativo/ Status da maioria legislativa/ critério de seleção de gabinete e adoção de proporcionalidade	(D) Status da coalizão legislativa; (D) critérios de seleção de gabinete; (D) Grau de Coesecência; (I) índice de disciplina partidária; (I) Poderes institucionais do presidente - prerrogativas; (I) Grau de Extremismo do presidente; (I) Índice inflacionário; (I) Índice de crescimento econômico.
Ganghof; Bräuninger (2006)	Apoio formal por mudanças políticas	(D) Taxa de aprovação de políticas; (D) Apoio legislativo em votações nominais; (I) Grau de distância ideológica dos partidos legislativos; (I) Status da coalizão em relação ao tamanho; (I) Grau de conflito e alterações em propostas do governo
Gregor; Havlik (2013)	Uniformidade nas votações da coalizão de governo e oposição	(D) índice de Rice; (D) Índice de semelhança; (I) Distância ideológica da coalizão; (I) N de parlamentares na coalizão; (I) N de mandatos
Zurco (2013)	Desempenho legislativo da coalizão de governo	(D) índice de disciplina da coalizão; (D) Taxa de sucesso legislativo do presidente; (I) Distância ideológica da coalizão; (I) Proporcionalidade do gabinete; (I) Prerrogativas do presidente.

Quadro 5. Variável dependente e indicadores dos artigos selecionados (Conclusão)

Autor	Variável dependente	Indicadores das variáveis
Medeiros; Freitas; Izumi (2013)	Governo VS oposição no presidencialismo de coalizão	(D) Pertencer a coalizão; (i) posicionamento individual distribuído por distância euclidiana; (f) Adesão ao governo; (f) Adesão ao governo fora da coalizão
Offes; Louwerse (2014)	Coesão e Disciplina, da coalizão/ Copatrocinio da oposição as propostas de governo	(D) Índice de Disciplina da coalizão, (D) % de copatrocinio de propostas do governo; (D) Coeficiente de associação do parlamento; (I) Status da coalizão; (I) Índice de distância ideológica
McGRATH, Et. Al. (2015)	Successo legislativo do governador	(D) Status da coalizão em relação ao tamanho (Minoritária, mínima vencedora, sobriedominada); (D) Taxa de aprovação dos projetos; (D) Taxa de alteração dos projetos; (I) Variação de temas discutidos na instancia estadual; (I) Distância entre a mediana da Câmara e o governador; (I) Maioria necessária para manutenção do veto;
Barnes; Jang (2016)	Comportamento de frentes partidárias com preferências unificadas	Taxa de copatrocinio (D)/ Dany: Governo vs oposição/ Status da coalizão em relação ao tamanho/ NEPP/ Magnitude do distrito eleitoral
Bertholini e Pereira (2017)	Successo legislativo do presidente	(D) Taxa de apoio legislativo ao governo; (I) índice de Custo da coalizão; (I) N de partidos na coalizão; (I) Heterogeneidade ideológica da coalizão (Power e Zucco, 2012)
Tsai (2020)	Preferência individual do legislador	(D) Adesão ao governo; (f) Governo vs oposição (f) Ideologia na arena eleitoral vs ideologia na arena legislativa (f) distância ideológica entre o partido do legislador e o partido do presidente

Fonte: O autor, com base nos artigos indexados na base Scopus.

Cabe outro destaque ao fato de que quase que a totalidade dos estudos utilizam variáveis políticas e da regra do jogo, com pouco ou quase nenhum apelo por comportamentos de institucionalidades informais. Também, na maioria dos casos, ignora ou não menciona a câmara alta das institucionalidades.

4. Análise dos resultados

Segundo Carrey (1999) os estudos empíricos sobre o comportamento dos atores legislativos em coalizão tornaram-se possíveis e cada vez mais complexos, com a adoção paulatina dos sistemas eletrônicos de votações nominais pelos parlamentos do mundo todo, a partir da segunda metade da década de 1990.

Como podemos observar no quadro 6, a maioria dos estudos até aqui sobre coalizões de governo e comportamento legislativo tem dedicado demasiado esforço em compreender os incentivos gerados pelas regras institucionais. O neoinstitucionalismo tem sido hegemônico nesse tipo de estudo. A disponibilidade de dados oficiais nas instituições legislativas e de governo tem facilitado cada vez mais a análise sobre esse tipo de prisma.

Há uma série de questões e variáveis próprias intrínsecas as coalizões que são decisivas, e pode ser testada como relação de causa frente aos resultados legislativos. Dentre elas podemos destacar: (i) a proporcionalidade na distribuição de recursos de governo entre os partidos legislativos; (ii) O status da coalizão em relação ao seu tamanho; (iii) a proximidade ideológica dos partidos que fazem parte das coalizões; (iv) o impacto das regras no jogo no poder de reação e de decisão das coalizões legislativas.

Amorim Neto (2000, 2006) testou os princípios da lei de proporcionalidade de Gamson sobre o contexto do presidencialismo.

Para o autor, a ausência de regras para a formação de governos de coalizão, e de um voto de confiança a essa maioria como acontece no parlamentarismo, dá maior liberdade para que os presidentes possam nomear e demitir ministro, desobrigando em tese negociações partidárias rígidas (Amorim Neto, 2000). Mas os resultados empíricos mostram, que uma vez que os presidentes tenham menos incentivos institucionais para fazer nomeações de quadro não partidários, não quer dizer que não o faça. Há uma grande preocupação do núcleo central de governos presidencialistas em gerenciar uma coalizão considerando a participação dos partidos legislativos de acordo com o tamanho de cada um deles (Amorim Neto, 2000).

O autor sugeriu o “índice de coalescência”, para verificar essa relação de proporcionalidade na participação de partidos políticos nos gabinetes ministeriais num contexto presidencialista (Amorim Neto, 2000). Assim comprova, a partir do caso do Brasil, que quanto mais proporcionalidade na distribuição de gabinetes entre quadros partidários, maiores são os índices de disciplina das coalizões legislativas de governo (Amorim Neto, 2000). Essa regra pode servir muito bem para o contexto latino-americano como um todo, mas fica claro que tudo depende da força de cada poder interdependente, ou seja, das prerrogativas em que executivo e legislativo compartilham (Amorim Neto, 2006).

Ampliando a ideia da distribuição proporcional dos recursos de governo, Bertholini e Pereira (2017) sugerem o índice de custo da coalizão (ICC). Para os atores, a questão posicional da distribuição de ministérios, não é suficiente para saber se essa distribuição é realmente proporcional, deve ter um olhar mais atento a distribuição dos recursos financeiros de governo no que tange ao orçamento (Bertholini; Pereira, 2017). Analisando o caso do Brasil, os autores verificaram que mesmo que as pastas ministeriais fossem ocupadas proporcionalmente entre os partidos legislativos da coalizão, por outro lado havia

uma distribuição desproporcional de recursos orçamentários em favor ministérios dos partidos do presidente em detrimento dos ministérios ocupados pelos demais partidos da coalizão, principalmente durante os governos Petistas (Bertholini; Pereira, 2017).

O status da coalizão em relação ao tamanho destas foram também proposições bastante testadas por esses estudos. As teorias sobre coalizões de governo dividem as coalizões de governo em pelo menos três tipos básicos em relação ao seu tamanho: (i) Coalizões minoritárias; (ii) Coalizões mínima vencedora; (iii) Coalizões sobre-dimensionadas. Muito já se discutiu sobre os incentivos institucionais para a formação de cada uma delas, principalmente no que se refere mais uma vez a prerrogativas dos presidentes, ou até mesmo as regras de maioria para a aprovação de proposições legislativas.

Otjes e Louwerse (2014) por exemplo, discutem o impacto da existência de coalizões minoritárias sobre o comportamento legislativo na Holanda. Segundo os autores, coalizões minoritárias só receberão apoio legislativo para a aprovação de políticas se essa for comandada por partidos centristas. No caso da institucionalidade holandesa, quando partidos mais radicais ideologicamente formam governos de minoria, a possibilidade de se obter apoio de partidos do espectro ideológico contrário é quase nula, o que dificulta a aprovação de políticas e reduz a vida útil dos governos (Otjes; Louwerse, 2014).

Já Cheibub et. al (2004) busca analisar se há diferenças no sucesso legislativo de chefes de governo no parlamentarismo e no presidencialismo mediante o status da coalizão, e se governos de coalizão minoritária geram paralisia decisória e ameaçam a estabilidade democrática em países presidencialistas. Os destacam que não há tanta diferença no sucesso legislativo nesses dois tipos de governo, e argumentam ainda que há mais possibilidades de que governos minoritários tenham sucesso no presidencialismo devido as característi-

cas de calendário eleitoral fixo desse sistema de governo (Cheibub et al., 2004). De fato, governos minoritários no presidencialismo de coalizão são mais conflituosos e tem maior incidência de impeachment, mas a paralisia decisória nesses casos não é um resultado tão óbvios assim, são acompanhados de outros elementos até mesmo externos a política.

O tamanho das coalizões também é demonstrativo de força nos legislativos estaduais. Barnes e Jang (2016) demonstram a partir do caso argentino, que governos de coalizão sobredimensionados demonstram força legislativa e são mais capazes de atrair comportamento pró-governistas dos deputados estaduais. Isso demonstra que a ideia de coalizão mínima de Riker, não é a ideal sob o contexto de governadores providos de amplo poder de agenda, e um parlamento sem capacidade legislativa de reagir as propostas do Executivo (Barnes; Jang, 2016).

A proximidade ideológica dos partidos que fazem parte das coalizões, é talvez um dos indicadores mais interessantes na relação de causa entre formação da coalizão de governo e comportamento legislativo (Zucco, 2011). Mais uma vez, o estudo empírico de Zucco (2011), é um daqueles casos que testam pressupostos presentes nas teorias sobre o parlamentarismo no contexto presidencialista. De fato, a proximidade ideológica dos atores em coalizão pode facilitar e muito a aprovação de políticas proposta pelo Executivo, e a imposição de derrotas a proposta que não fazem parte das preferências do governo (Zucco, 2011).

Democracias bi-camerais possibilitam uma segunda chance de escrutínio nas casas revisoras, fazendo com que os chefes de governos não fiquem reféns de coalizões sobredimensionadas. Quando chefes de governo contam também com alto poder de veto, os partidos legislativos na coalizão tendem a ser mais colaborativos, esperando não serem punidos por comportamento indisciplinado.

Porém na ausência de amplos poderes de veto, coalizões sobredimensionadas são bem-vindas, para garantir maior espaço para manobras e negociação, pois as coalizões sobredimensionadas de fato são menos disciplinadas, e a indisciplina aumenta quanto maior a distância ideológica entre os atores.

5. Conclusão

Como vimos nesse trabalho, os estudos sobre coalizões de governo é uma agenda ainda em formação no que se refere a compreensão do comportamento dos partidos e atores legislativos, principalmente sob o contexto do presidencialismo. É necessário saber cada vez mais como as coalizões de governo produzem políticas, decidem sobre elas, e como se responsabilizam pelas decisões tomadas.

Esse interesse presidencializado na agenda se deve a complexidade exigente para avaliação de governabilidade no regime presidencialista. Tradicionalmente nas democracias parlamentaristas os partidos são altamente disciplinados, pois a sobrevivência e o desempenhos do governo são avaliados pelo voto de confiança. Já no presidencialismo, com as características de mandatos presidenciais fixos e de separação de poderes, torna relação entre Executivo e partidos parlamentares mais tensa, e o desempenho dos governos é medido pelo sucesso legislativo de suas propostas.

Os artigos que avaliamos aqui, abrem caminho e podem ser utilizados como parâmetros frente a infinidade de casos que ainda podem ser explorados, e as inúmeras possibilidades que os estudos comparativos que ainda podem ser realizados, visto a concentração de estudos sobre casos da Europa ocidental e América Latina, na plataforma Scopus.

Acredito que alguns temas possam ser explorados por uma agenda futura: (i) estudos que possam explorar mais como as regras e instituições informais impactam a formação das coalizões de governo, por consequência na governança da mesma; (ii) como diferentes tipos de coalizões formadas impactam na qualidade da democracia; (iii) deve-se explorar mais a comparação inter-regional entre países que compartilham de institucionalidades parecidas ou com o mesmo sistema de governo; (iv) por fim, a inclusão da Câmara alta nas análises, principalmente onde essa institucionalidade tem poderes legislativos ativos e reativos.

Um pouco de “hollywood histories” também nos ajudaria a compreender como os casos de corrupção, escândalo políticos afetam a estabilidade das coalizões, bem como explorar cada vez mais como as preferências no nível individual do eleitor premiam ou punem os partidos que participam da coalizão em conjunto pelo que eles decidem, ou se todo o mérito ou demérito recai unicamente sobre o chefe de governo.

Trata-se de uma agenda aberta, tanto no que tange a casos específicos, como no exercício da ciência comparativa, cabendo àqueles que anseiam compreender o processo de negociação para formação de governos, em qualquer sistema de governo democrático, contribuir com esse processo de construção.

Referências

ABRIZAH, A.; ZAINAB, A. N.; KIRAN, K.; RAJ, R. G. LIS journals scientific impact and subject categorization: A comparison between Web of Science and Scopus. *Scientometrics*, v. 94, n. 2, p. 721–740, 2013.

ALBALA, A. (2013). *Coalitions Gouvernementales et Système Présidentiel: Les cas de l'Argentine, du Chili et de l'Uruguay (1989-2010)*. Tese de doutorado, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, PARIS 3, França.

ALBALA, A. (2016). Presidencialismo y coaliciones de gobierno en América Latina: Un análisis del papel de las instituciones. *Revista de Ciencia Política* (Santiago. en Línea), v. 36, p. 459-479.

ALBALA, A.; RENU, J. M. (2018). *Coalition Politics and Federalism*. 1o ed. Switzerland: Springer International Publishing.

AMORIM NETO, O. (2000). Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. *Revista Dados* vol.43 no.3 Rio de Janeiro.

AMORIM NETO, O. (2000). Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. *Dados*, vol. 43, nº 3, pp. 479-517.

AMORIM NETO, O., (2006), The formulation of executive policies for presidential calculation and cabinet formation in the Americas. in *Comparative Political Studies*, Vol. 39, No. 4, pp. 415-440

AXELROD, R. (1970). *Conflict of interests. A theory of divergent objectives with applications to policy*. Chicago: Markham.

BARNES TD, JANG J. How the size of governing coalitions shape legislative behavior: A subnational analysis of Argentine legislative chambers, 1992–2009. *International Area Studies Review*. 2016;19(4):301-319.

BARON, D. P. 1989. A noncooperative theory of legislative coalitions. *American Journal of Political Science*, 33: 1048–84.

Baron, D., and Ferejohn, J. 1989. Bargaining in legislatures. *American Political Science Review*, 83: 1181–206.

BERTHOLINI, F.; PEREIRA, C. (2017). Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista. Adm. Pública* [online]. 2017, vol.51, n.4, pp.528-550.

CAREY, J. M. (1999), *Party and Coalition Unity in Legislative Voting*. Working Paper nº 376, Department of Political Science, Washington University at Saint Louis.

CHEIBUB, J. A. PRZEWORSKI A.. SAIEGH, S. M. 2004. Government Coalitions and Legislative Success Under Presidentialism and Parliamentarism. *British Journal of Political Science* 34, 4: 565–87.

CHEIBUB, J. A.; PRZWORSKI, A; SAIEGH, S. M.. 2004. Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism. *british Journal of political Science*, Cambridge University Press, v. 34, ed. 4. p. 565-587.

DI TELLA, T. 2015. *Coaliciones políticas. La Argentina em Perspectiva*. Buenos Aires, Editorial El Ateneo.

DIEMEIER, D. 2006. *Coalitions Government*. 2006. IN WEINGAST, B. R.; WITTMAN, B. A. *The Oxford Handbooks ok political economy*. Oxford: Oxford University Press.

DODD, L. (1976). *Coalitions in parliamentary government*. Princeton: Princeton University Press. In Druckman, J. (2008). *Dynamic approaches to the study o parliamentary coalitions*. *Political Research Quarterly*, 61 (3), 479-483.

GAMSON, W.A. A theory of coalition formation. *American Sociological Review*, v. 26, p. 373-82, 1961.

GAMSON, W.A. *Experimental studies of coalition formation*. *Advances in experimental social psychology*. Berkowitz, L. ed. Academic Press, p. 82-110, 1964.

GANGHOF S, BRÄUNINGER T. (2006). *Government Status and Legislative Behaviour: Partisan Veto Players in Australia, Denmark, Finland and Germany*. *Party Politics*. 2006;12(4):521-539.

LAVER, M.; SCHOFIELD N. (1986) *Multiparty Government. The Poli tics of Coalition in Europe*. (New York: Oxford University Press).

LAVER, M; SHEPSLE, K. (1990). "Coalitions and Cabinet Government". *The American Political Science Review*, v. 84, n. 3.

LAVER, M.; SHEPSLE, K. (1996). *Making and Breaking Governments: Government Formation in Parliamentary Democracies*. New York: Cambridge University Press.

LJPHART, A. (2019). *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

LINS, Juan. (1994), "Presidential or Parliamentary Democracy: Does it Make a Difference?", in J. J. Linz e A. Valenzuela (eds.), *The Failure of Presidential Democracy: The Case of Latin America* (vol. 2). Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

MARTIN, L. W.; VANBERG, G. (2011). *Parliaments and Coalitions: The Role of Legislative Institutions in Multiparty Governance*. Oxford: Oxford University Press.

MCGRATH, R. J.; ROGOWSKI, J. C.; RYAN, J. M. (2015). *Gubernatorial Veto Powers and the Size of Legislative Coalitions*. *Legislative studies quarterly*, 40, 4, november.

OLSON, M.. (1999). *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EdUSP.

Otjes, S.,; Louwerse, T. (2014). *A Special Majority Cabinet? Supported Minority Governance and Parliamentary Behavior in the Netherlands*, *World Political Science*, 10(2), 343-363. doi: <https://doi.org/10.1515/wpsr-2014-0016>.

RENIU, J. M (2008). *Coalition governments in presidential systems in Latin America; elements for debate*. CIDOB Latin America Documents, No. 25

RIKER, William. (1962). *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press.

SANTOS, W.G.S. (1973). *Coalizões parlamentares e instabilidade governamental: a experiência brasileira (1961-1964)*. *Rev. Adm. Emp. Rio de Janeiro*, pp. 61-71.

STRØM, K. (1990). *Minority Government and Majority Rule*. Cambridge: Cambridge University Press.

STRØM, K. (1984). *Minority Governments in Parliamentary Democracies: The Rationality of Nonwinning Cabinet Solutions*. *Comparative Political Studies* 17, 2, pp. 199-227.

STRØM, K.; MÜLLER, W; BERGMAN, T., (2008) *Cabinet and Coalitions Bargaining: The Democratic Life Cycle in Western Europe*. Oxford University Press.

SWAAN, A. de. *Coalition theories and cabinet formations*. Amsterdam: Elsevier, 1973.

TSAI T. *The Influence of the President and Government Coalition on Roll-Call Voting in Brazil, 2003–2006*. *Political Studies Review*. April 2020. doi:10.1177/1478929920904588

TSEBELIS, G. 2009. *Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas*. Editora FGV, Rio de Janeiro.

TSEBELIS, G.; HA, E. 2014. *Coalition theory: A veto players approach*. *European Political Science Review*, v. 6, n. 3, p. 331–357.

ZEITLIN, M. P. (1975) *Coalizões: como se formam e como surge o conflito*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 15, n. 1, p. 47–53.

ZUCCO, C. (2013). *Legislative Coalitions in Presidential Systems: The Case of Uruguay*. *Latin American politics and society*, University of Miami DOI: 10.1111/j.1548-2456.2013.00185.

Sobre o autor

Diogo Tavares

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: di_2712@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5384-5267>.

